



Luta intensa devolve terras aos Kaingang

O cenário foi o 7º andar do Ministério do Interior, em Brasília. Na ante-sala do luxuoso gabinete do ministro Ronaldo Costa Couto, índios, jornalistas e indigenistas aguardavam, dia 23 de setembro, o resultado da reunião ministerial sobre o conflito no Toldo Chimbangue, no oeste catarinense, entre os *Kaingang* e os colonos de Sede Trentin. Depois de sete horas de espera, Costa Couto anunciava, às 23h30min, a solução encontrada pelo Governo Federal: do total de 1.885 hectares do Chimbangue, 912 ficariam com os índios e 973 com os colonos.

O protesto foi imediato. Os quatro *Kaingang* que estavam na sede do Ministério do Interior qualificaram de tempo perdido as muitas horas de espera, principalmente porque a solução ministerial deixara de fora dos 912 hectares o cemitério indígena do Cedro. No dia seguinte, entidades indigenistas consideraram a esta decisão da "Nova República" uma vitória inicial e parcial.

O Governo não quis mexer com o rolo compressor da estrutura fundiária do Oeste catarinense. Faltou-lhe vontade política para reconhecer os 1.885 hectares do Toldo Chimbangue como área indígena, reassentando os colonos em uma outra área na região de Chapecó.

Na sua via-crucis burocrática, iniciada a 16 de junho de 1982, os *Kaingang* não ficaram sozinhos. Nos últimos meses, uma onda de solidariedade agigantou-se em várias partes do Brasil. Dia 28 de agosto, em Florianópolis, o Comitê de Solidariedade aos *Kaingang* do Toldo

Chimbangue organizou um concorrido ato público em defesa dos direitos ameaçados deste povo. Pelo mesmo motivo e como medida extrema para sensibilizar as autoridades federais, a 6 de setembro um grupo de seis pessoas ligadas a organismos pastorais da Igreja Católica entraram em greve de fome na sede do Regional Sul IV da CNBB, também em Florianópolis.

A pedido do Secretariado Nacional da CNBB, a greve de fome foi suspensa dia 14 de setembro. Como a Comissão Interministerial reunida em Brasília, dia 16, resolveu adiar, mais uma vez, a solução do conflito, o movimento grevista recomeçou dia 17, desta vez com a participação de 14 pessoas, entre as quais três índios *Kaingang* e dois pastores evangélicos. A repercussão da greve de fome em Santa Catarina fez o governador Esperidião Amin ir à sede do Regional Sul IV da CNBB para "negociar" com os grevistas. Ele pediu o fim da greve de fome, mas não se dispôs a defender, junto ao Governo Federal, a proposta de devolução dos 1.885 hectares aos *Kaingang* e o reassentamento digno dos colonos em outra área.



Trabalhando contra o relógio, o impasse a cada dia aumentava. Enquanto isso, os colonos de Chapecó, capitaneados por políticos do PMDB e do PDS, se movimentavam contra os índios e contra uma solução de consenso. A manifestação dos colonos em Chapecó, a 19 de setembro, foi organizada pelo Comitê Pró-Agricultores de Sede Trentin, com sede na Câmara dos Vereadores daquele município. Dela participou, também, a Sociedade Tradição, Família e Propriedade (TFP). O caso do Chimbangue foi apenas um pretexto. A presença de entidades como a TFP na manifestação de Chapecó faz parte, na verdade, de todo um contexto de reação articulada da direita para impedir as necessárias mudanças no monopólio da propriedade da terra. Essas agressões da direita visam a atingir a Igreja de Chapecó,

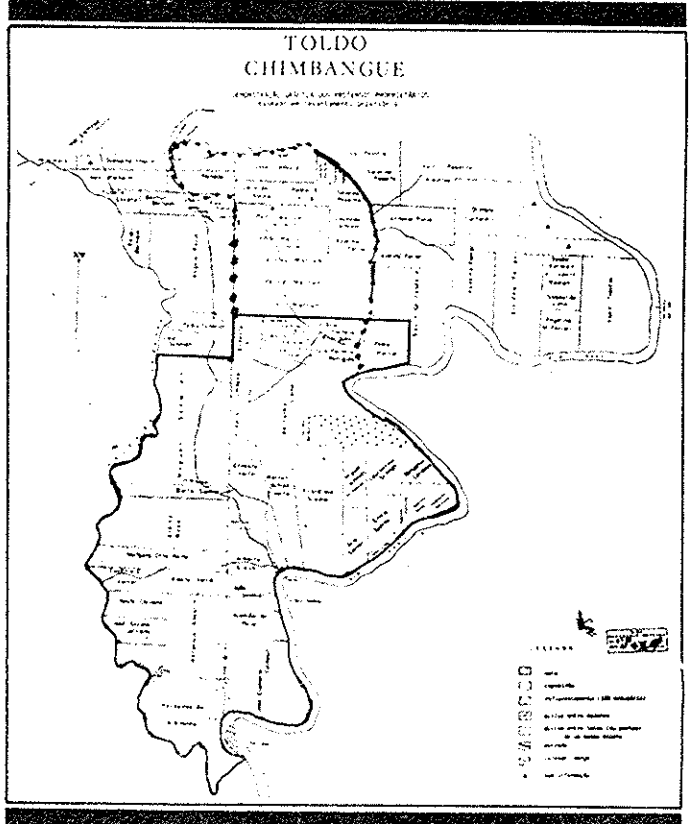
na pessoa de seu bispo, dom José Gomes, além dos índios e dos lavradores que lutam pela Reforma Agrária.

Para neutralizar essa onda de protestos antiindígenas, seis Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Oeste de Santa Catarina e o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Chapecó divulgaram notas à opinião pública, defendendo o reassentamento justo dos colonos e a devolução e respeito das terras dos índios do Toldo Chimbangue. Em Brasília, com a promessa governamental de resolver o conflito na tarde de 23 de setembro, a União das Nações Indígenas (UNI), o Cimi e outras entidades da sociedade civil da Capital Federal organizaram para o meio-dia de 23, em frente ao Ministério do Interior, um ato público de solidariedade aos *Kaingang*. A manifestação em favor dos índios não foi suficiente para sensibilizar os ministros do Interior, da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o representante do Ministério da Justiça. No genérico e confuso documento sobre o "acordo" do Chimbangue, muita coisa precisaria ser melhor explicitada. Ele diz que, conforme entendimentos com a Prefeitura Municipal de Chapecó, fica assegurado aos índios o acesso e uso do Cemitério, não especificando, contudo, que a genérica expressão "cemitério" refere-se ao cemitério indígena do Cedro. Na conversa que os *Kaingang* mantiveram com os ministros Ronaldo Costa Couto e Nelson Ribeiro, dia 24 de setembro, ficou estabelecido que a área do cemitério do Cedro estaria incluída no total que ficaria com os *Kaingang*.

Juvenal *Kaingang* disse aos ministros que o "acordo" do Chimbangue foi "um bom começo", mas reivindicou a inclusão do cemitério do Cedro dentro dos limites da reserva. Falou que os índios cedem metade de seu território para evitar um derramamento de sangue. Agora, terminada a greve de fome em solidariedade aos *Kaingang*, dia 24, os índios e indigenistas aguardam a assinatura do decreto presidencial, homologando os 912 hectares. Quando do fechamento desta edição do PORANTIM — no final de setembro — havia a promessa dos ministros, aos índios, de que o presidente José Sarney assinaria o decreto nos primeiros dias de outubro.



Na reunião decisiva, o governador Esperidião Amin



Em Florianópolis, Kaingang pede apoio à sua luta

On. F. ...